



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de Ipumirim

Rua Bento Gonçalves, 143 - Bairro: Centro - CEP: 89790-000 - Fone: (49) 3521-8307 - Email:
ipumirim.unica@tjsc.jus.br

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5000106-15.2022.8.24.0242/SC

OFÍCIO Nº 310028695741

JUIZ DO PROCESSO: AUGUSTO CESAR BECKER

EXEQUENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXECUTADO : NILO BORTOLI e GRIGOLO & SAATKAMP ADVOGADOS ASSOCIADOS

DESTINATÁRIO: Secretaria de Estado da Administração/Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços

Pelo presente, comunico que GERHARD E RIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C (pessoa jurídica, CNPJ 02.907.215/0001-16) e NILO BORTOLI (pessoa física, CPF 538.469.829-20) foram condenados à proibição de contratar com o Poder Público e à proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. Desta forma, requisito que sejam alimentados os dados no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA.

CHAVE DO PROCESSO: 616007686322 - Utilize esta chave, de uso pessoal e intransferível, para a consulta do conteúdo integral do processo na página do sistema eproc do site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina na internet. O acesso aos autos digitais via sistema é considerada vista pessoal.

Cordialmente,

Documento eletrônico assinado por **AUGUSTO CESAR BECKER, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310028695741v3** e do código CRC **bb00dda9**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): AUGUSTO CESAR BECKER
Data e Hora: 6/6/2022, às 13:38:35

5000106-15.2022.8.24.0242

310028695741 .V3



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de Ipumirim

Rua Bento Gonçalves, 143 - Bairro: Centro - CEP: 89790-000 - Fone: (49) 3521-8307 - Email:
ipumirim.unica@tjsc.jus.br

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Nº 5000106-15.2022.8.24.0242/SC

EXEQUENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXECUTADO: NILO BORTOLI

EXECUTADO: GERHARD & RIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS

DESPACHO/DECISÃO

Cuida-se de cumprimento de sentença ajuizado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA contra NILO BORTOLI e GERHARD & RIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Em sentença reformada pelo Tribunal de Justiça, o executado Nilo Bortoli foi condenado a pagar uma multa no valor equivalente a 05 (cinco) vezes o subsídio de Prefeito Municipal de Ipumirim-SC à época dos fatos, revertida em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina; teve suspenso, por 03 (três) anos, contados da data do trânsito em julgado, seus direitos políticos; e foi proibido, pelo prazo de 03 (três) anos, de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

A executada Gerhard & Rizzo Advogados Associados foi proibida de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de outra pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, também pelo prazo de 3 (três) anos.

Decido.

1. Com relação à obrigação de pagar imposta ao executado Nilo Bortoli: preenchidos os requisitos formais previstos no art. 524 do CPC, intime-se o executado, na forma do art. 513, § 2º, do CPC, para efetuar o pagamento dos valores indicados pela parte credora, acrescida de custas, se houver, no prazo de 15 dias, comprovando nos autos, sob pena de acréscimo ao montante da condenação de multa de 10% (dez por cento), a teor do art. 523, *caput* e § 1º, do CPC.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de Ipumirim

Caso no prazo assinalado seja efetuado o pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante do débito (CPC, art. 523, § 2º). No caso, não há condenação em honorários advocatícios¹.

Intime-se também a parte executada para, querendo, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 dias, contados a partir do decurso da quinzena para pagamento voluntário (CPC, art. 525).

1.1. A seguir, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, em caso de não pagamento, apresentar novo demonstrativo de débito com a inclusão da multa e indicar bens penhoráveis. Havendo o pagamento, deverá a parte exequente manifestar-se sobre o montante pago, sob pena de presunção de concordância e extinção com esteio no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

2. Relativamente aos pedidos formulados nos itens "e" a "g" pelo Ministério Público, o Provimento n. 29 do CNJ estabelece:

Art. 1º A inclusão, alteração ou exclusão de dados no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade - CNCIAI compete:

I – nas ações de improbidade, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, ao juízo da execução da sentença, por meio de seu representante legal ou regimental, após o trânsito em julgado da decisão;

II – nas ações que ocasionem inelegibilidade do réu, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990:

a) ao juízo prolator da decisão de primeiro grau, com trânsito em julgado; ou

b) ao presidente do órgão colegiado prolator da decisão, ao final da sessão de julgamento.

Diante disso, nos termos do art. 1º, inciso I, do Provimento n. 29 do CNJ e considerando que não há notícias de que os executados foram inscritos no sistema CNCIAI (ev. 3), **determino a inscrição dos executados no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIAI), o que deverá ser providenciado pelo Cartório Judicial.**



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de Ipumirim

3. OFICIEM-SE, comunicando que GERHARD E RIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C (pessoa jurídica) e NILO BORTOLI foram condenados à proibição de contratar com o Poder Público e à proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos:

3.1. ao Tribunal de Contas da União: que alimenta a lista de pessoas inidôneas do TCU;

3.2. à Controladoria-Geral da União, que alimenta o Cadastro Nacional das Empresas Punidas – CNEP e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

3.3. à Secretaria de Estado da Administração/Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços: para fins de registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

3.4. à Diretoria de Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda;

3.5. à Federação Catarinense dos Municípios – FECAM;

3.6. ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/SC;

4. OFICIE-SE à Justiça Eleitoral desta circunscrição (no endereço Rua Ângelo Ary Biazus, n. 69 - Centro, Concórdia - SC, CEP 89700-000) comunicando sobre a aplicação da penalidade de suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de 3 (três) anos, de NILO BORTOLI. No ato, encaminhem-se cópia da sentença, do acórdão e do trânsito em julgado.

5. No mais, em relação ao executado GERHARD E RIZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C (pessoa jurídica) e ao executado Nilo Bortoli (este, relativamente às penalidades de suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público), registro que a condenação deve ser fiscalizada apenas na via administrativa, não devendo ser adotada nenhuma outra providência neste processo de execução.

6. Intimem-se.



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina
Vara Única da Comarca de Ipumirim

Documento eletrônico assinado por **AUGUSTO CESAR BECKER, Juiz de Direito**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjsc.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **310024963212v17** e do código CRC **4b731215**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): AUGUSTO CESAR BECKER

Data e Hora: 9/3/2022, às 18:49:40

1. RECURSO DE APELAÇÃO RECEBIDO COMO RECURSO INOMINADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO A PARTICULAR. PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. INSURGÊNCIA DO ESTADO RÉU. DEFENDIDA IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRETENSÃO ACOLHIDA. INTERPRETAÇÃO DO ARTIGO 18 DA LEI N. 7.347/1985 EM CONJUNTO COM O PRINCÍPIO DA SIMETRIA. AFASTAMENTO DA VERBA HONORÁRIA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO PROVIDO. (TJSC, PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL n. 0900151-28.2018.8.24.0078, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Marcelo Pons Meirelles, Terceira Turma Recursal - Florianópolis (Capital), j. 21-07-2021).

5000106-15.2022.8.24.0242

310024963212.V17